

O pacote e as sérias dúvidas que levanta

25 JUL 1986

Economia - Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO

Mais uma vez, um pacote governamental vem imprimir profundas modificações à política econômica do País. O governo "democrático" o faz sem consultar o Congresso, servindo-se de decretos-leis ou de resoluções do Banco Central para disciplinar matérias que exigiam a aprovação do Legislativo. Lança mão, contrariando todos os princípios constitucionais, do sistema de empréstimos compulsórios, que, na verdade, nem empréstimos são. Tudo, segundo afirmam os ministros da área econômica, para assegurar o sigilo e propiciar a prosperidade da Nação. E ficam assim os ricos (os que possuem um automóvel...) obrigados a ajudar os pobres, com vistas à construção do Brasil do século XXI, para que este, deste modo, possa ocupar o lugar que lhe é devido no cenário internacional.

Deixamos aos juristas a penosa tarefa de examinar a matéria sob este ângulo. "Engolindo", todavia, este total desrespeito à ordem jurídica, cumpre-nos examinar as medidas tomadas sob o prisma da eficácia da política econômica, o qual, ao que consta, foi o único que inspirou nossos economistas, sensíveis aos graves problemas sociais do País. Há que reconhecer que um exame, ainda que superficial, de tais providências, evidência uma série de dúvidas, as quais, a nosso ver, acabarão por decretar o malogro de mais esta iniciativa, que, apresentada como a lógica natural, o complemento do Plano Cruzado, nos parece porém, na realidade, apenas uma tentativa desesperada de prolongar as ilusões criadas pelo mencionado esquema.

Ninguém pode negar que o Brasil, após a prolongada recessão que o afligiu, deve, necessariamente, voltar a ser um País no qual se investe, isto é, um País que precisa recompor sua capacidade de poupança. Nos anos 70, procedemos, com

o aporte, muito importante, da chamada "poupança externa", o financiamento de investimentos que contribuíram para colocar o Brasil entre as oito principais Nações do Mundo. Na realidade, não construímos esta nova Pátria com poupança externa, mas com empréstimos externos que hoje devemos amortizar, ou sobre os quais, pelo menos, devemos pagar os juros. Somente tal serviço nos obriga, hoje, a despendar 3,5% de nosso Produto Interno Bruto. Ora, se nos tempos áureos tivemos uma poupança nacional bruta de 23,6% (ano de 1977), que nos permitiu (com o apoio da poupança externa de 2 a 5% do PIB) crescer a uma taxa variável entre 5 e 7%, é fácil imaginar o esforço que teríamos de fazer para assegurar um crescimento do PIB de 7%, honrando, simultaneamente, nossos compromissos externos. De fato, a nossa taxa de poupança caiu, em 1985, para 16,1% do PIB: para que se possa voltar aos tempos passados, não será exagerado pensar em uma taxa de poupança de 25% do PIB, com vistas ao crescimento desejado e ao reembolso da "poupança externa".

O governo, com as medidas que acaba de adotar, parece perseguir objetivo muito mais modesto: os empréstimos compulsórios e outros golpes tributários deverão representar apenas 2% do PIB. Como se vê, muito se pode duvidar da eficácia, em termos de crescimento, das providências que visam a forçar o País a fortalecer sua poupança.

Não é esta, porém, a única dúvida que nos assalta. A primeira pergunta a fazer seria a de se, realmente, se conseguiria um aumento da poupança. O governo vem insistindo na tecla de que o pacote atinge apenas os "ricos" (leia-se os possuidores de um automóvel...). A seguir tal alegação, se

poderá pensar que os "privilegiados" continuarão a manter seus gastos de consumo "suntuário" (como por exemplo utilizar seus carros para ir trabalhar), reduzindo porém, em contrapartida, sua poupança. Na realidade, o principal efeito do pacote será uma transferência da poupança privada para a pública. O aumento real da poupança nacional será muito limitado, recaindo, a sua aplicação, no setor em que se logrará a menor eficácia.

Uma atitude realista exigiria que, diante da absoluta necessidade de conseguir aumento da poupança, se pensasse, antes de tudo, em reduzir o consumo do setor público e privado. Com isso, aliás, as exigências dos investimentos poderiam ser menores do que são hoje, quando, por exemplo, o nível de consumo está a exigir um crescimento da oferta de energia de 12% ao ano. Ora, foi o próprio Plano Cruzado que estimulou o superaquecimento da demanda, criando a escassez.

Quanto ao consumo do governo, cumpre reconhecer que aumentou desde a implantação do Plano Cruzado (basta ver o aumento das despesas com o funcionalismo) e que, ao promulgar o complemento do esquema, Brasília nem sequer admite a idéia de proceder a cortes nas suas despesas. Verifica-se assim que enquanto os bancos privados se estão adaptando à realidade, os públicos, em situação muito pior já antes do Plano Cruzado, não pensam, nem remotamente, em reduzir o número de funcionários, certos de que poderão contar com a ajuda do Banco Central.

Havia uma opção: crescer a uma taxa menor (não negativa) para que se pudesse obter mais poupança, e reduzir os investimentos. Seguindo o modelo juscelinista, o governo nos apresenta um mirabolante Programa de Metas, nascido

da imaginação dos economistas campineiros, sem que se consultasse a Nação para saber se a ferrovia entre Carajás e Anápolis é prioritária...

Tal programa foi estabelecido a partir da premissa de que não mais haveria inflação no Brasil, uma vez que todos os preços estão congelados, com uma única concessão, relativa aos táxis (que configuram, certamente, um privilégio dos ricos...). Ora, sabemos que, se, através do sistema de empréstimo compulsório não se pode elevar os preços, o que permitiria afirmar que se derrubou a inflação inercial, não se pôs termo a outras fontes de inflação: o déficit público, a expansão monetária e as falhas que se observam em nossa estrutura de produção e distribuição.

O governo, ao transferir ao seu sucessor o encargo de reembolsar (com correção monetária, o que reintroduzirá, deste modo, uma indexação que o Plano Cruzado havia extinguido), se esquece de que está agravando a sua dívida interna, ensejando a inflação de amanhã. Poder-se-á alegar que o reembolso se fará com a venda de quotas de empresas públicas. Mas quem acreditará que o Fundo Nacional de Desenvolvimento, integrado por empresas falidas, terá condições de pagar os rendimentos anunciados? Um dia, a inflação oficial surgirá, e o Programa de Metas será apenas um documento destinado aos arquivos ou uma sinfonia inacabada de rodovias suspensas, de outras Ferrovias do Aço, ou de programas nucleares.

O governo não entendeu que é o consumo global que deve ser controlado, a começar pelos gastos públicos, e que o congelamento de preços nada mais é do que uma bomba-relógio. Tememos, assim, que depois do governo Sarney o Brasil se veja ainda mais pobre do que é hoje.